



Pernambuco prepara nova Lei para águas subterrâneas



O Estado de Pernambuco deu um importante passo no sentido de regulamentar a proposta de lei que versa sobre a exploração das águas subterrâneas. Isso porque a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, está discutindo o projeto de uma nova legislação que deverá ser enviado no ano que vem para apreciação na Assembleia Legislativa. “A gestão das águas subterrâneas é um dos temas que podem envolver discussões de uma equipe multidisciplinar, capaz de confeccionar documentos a serem levados à sociedade e que podem contribuir para a formulação de novas regulamentações”, explica o geólogo Waldir Duarte Costa Filho, coordenador da CTAS-PE.

Um dos objetivos da Câmara é promover a revisão da Lei 11.427/97, que trata da gestão dos recursos hídricos em Pernambuco. “Uma nova legislação será

de vital importância para os aquíferos do estado e colocaria Pernambuco na vanguarda no tocante à exploração dos recursos”, comenta Duarte Costa Filho. O relator da proposta de lei a ser encaminhada ao legislativo é o Acadêmico Hidrogeólogo Waldir Duarte Costa.

A Associação Nordeste-Brasileira de Engenheiro de Minas (ANBEM) faz parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco (CRH-PE) e ocupa assento permanente na CTAS-PE. “Estamos atentos a toda discussão envolvendo a exploração de águas subterrâneas e vamos contribuir para a formulação de uma nova Lei”, pontua o presidente da ANBEM, José Amaro Sereno Filho.

Atualmente, Pernambuco é um dos estados brasileiros onde mais se realizam operações de exploração das águas subterrâneas, inclusive na sua mais

nobre utilização: envasamento de água mineral.. Daí a importância de uma legislação atualizada. “É de responsabilidade da CTAS de Pernambuco a elaboração de documentos legais através de discussões técnicas e científicas sobre os mais diversos temas que envolvem a exploração e preservação dos aquíferos”, conclui Waldir Filho.

Em Pernambuco, a outorga e o licenciamento ambiental tramitam de forma paralela. O interessado solicita ambos ao mesmo tempo junto a CPRH, que encaminha cópia a SRH-PE para análise técnica. No caso de perfuração de poços, a SRH emite um Parecer de Viabilidade de Exploração (PVE), que é enviado à CPRH, que por sua vez emite a Licença de Instalação, válida por 90 dias. Somente a partir daí, é que o proprietário pode requerer a Licença de Operação.

Receitas com royalties de minério devem triplicar



As mudanças preparadas pelo governo deverão triplicar a arrecadação com royalties cobrados nas atividades de mineração. Os cálculos oficiais indicam que as receitas vão aumentar para mais de R\$ 3 bilhões por ano. A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, conhecida como CFEM, gerou R\$ 1,08 bilhão em 2010 e deverá alcançar R\$ 1,3 bilhão neste ano.

Com as mudanças, os royalties serão cobrados sobre o faturamento bruto das empresas mineradoras, em vez do faturamento líquido. Só essa alteração praticamente duplicará as receitas. Dependendo da calibragem das novas alíquotas, o aumento poderá ser menor ou maior, levando a arrecadação para perto de R\$ 4 bilhões por ano. A tabela em estudo atualmente prevê que a faixa dos royalties subirá para 0,5% a 6% - hoje o piso é 0,2% e o teto é 3%. Os royalties sobre o minério de ferro, principal produto de exportação do setor, deverão aumentar dos atuais 2% para 4%.

A previsão de crescimento da arrecadação não leva em conta a cobrança de participações especiais, nos moldes das aplicadas na indústria do petróleo, sobre jazidas minerais com alta produtividade. O mecanismo exato de cobrança ainda não foi fechado, mas a intenção do governo é que essas participações especiais afetem menos de 80 das 3 mil minas em produção hoje, como as de Carajás e do Quadrilátero

Ferrífero do Estado de Minas Gerais.

Os royalties e participações especiais são objeto de um dos três projetos de lei que o governo prepara para modernizar a legislação do setor. Os projetos se encontram em fase final de discussão na Casa Civil e a própria presidente Dilma Rousseff, interessada no assunto, tem acompanhado as tratativas. Eles serão encaminhados ao Congresso somente depois que avançar a tramitação, na Câmara dos Deputados, do projeto recém-aprovado no Senado que faz uma redistribuição dos royalties do petróleo.

Ao definir a nova política de royalties, o governo tentará estimular o beneficiamento de minerais no Brasil, desincentivando as exportações com pouca agregação de valor. Outros três grupos de minérios receberão tratamento diferenciado: os insumos minerais essenciais para desenvolvimento da indústria nacional, como cobre e níquel; os minerais não metálicos de fácil extração, que abastecem basicamente a construção civil, como areia, brita, argila e calcário; e as substâncias escassas no solo brasileiro usadas na produção de fertilizantes, como potássio, fósforo e fosfato. Os materiais usados na construção civil deverão apresentar, inclusive, redução das alíquotas cobradas atualmente. A definição das tabelas será feita por meio de decreto presidencial, posterior à aprovação do novo marco regulatório.



COLUNA DO
PRESIDENTE

Herança maldita?

É característica comum, quando governos de campos opostos se sucedem, os queixumes referentes à chamada “herança maldita”. No Brasil, não é diferente e temos visto isto acontecer com frequência cartesiana. Após FHC, que dedicou seus dois mandatos à conquista da estabilidade econômica, Lula iniciou a gestão petista bradando os “nefastos” legados neoliberais do seu antecessor, lembrando desta “herança” durante todo o seu mandato, sempre que lhe ocorreu ser conveniente. Até aí, tudo dentro da normalidade pelo que se entende por comportamento político em terras de Pindorama.

No momento atual, a Presidente Dilma Rousseff, eleita sob as bênçãos do populismo Lulista, sofre na pele a verdadeira herança maldita deixada após oito anos de governo do seu “padrinho”. Sem poder escolher diretamente seus auxiliares, pressionada pela pluripartidária base aliada, Dilma foi obrigada a atender os interesses partidários da coligação que a elegeu e vê os seus ministros envolvidos em denúncias de corrupção, prevaricação e paga um preço deveras alto, para tentar manter a governabilidade de sua gestão. Porém, a cada dia, novos escândalos colocam em cheque a liderança da presidente, bem como, a credibilidade do seu primeiro escalão.

Ao fim do primeiro ano de mandato, Dilma fecha o ano com um recorde: trocou 7 ministros em 12 meses de governo, 6 deles por corrupção, envolvidos num emaranhado de acusações e atitudes suspeitas, indo do favorecimento de ONG’s “amigas” ao desvio puro e simples de recursos públicos. O último a perder o emprego, Carlos Lupi, do Trabalho, chegou a dizer, no auge de sua fanfarronice, que só abandonaria o cargo se fosse abatido à bala. O PDT, “dono” da pasta, não lhe deu o esperado apoio e o ministro caiu, sem que nenhum tiro precisasse ser disparado. O apoteótico Lupi também fora ministro nos tempos de Lula e acabou constando no testamento deixado por ele.

Pelo que podemos constatar até o presente momento, corroborando com a opinião de alguns analistas políticos que fazem plantão no planalto, a herança maldita da gestão Dilma tem sido o Primeiro Escalão deixado por Lula, sem desconsiderar as suas nefastas ramificações em escalões menores. Diante disso, cabe à Presidente, chamar para si a responsabilidade do governo e finalmente tomar as rédeas da nação. Espera-se que, com a reforma ministerial, em janeiro, além de dar sua cara às pastas, escolha nomes que dignifiquem a vida pública e possa sonhar com uma possível reeleição. Tenho Fé!

ANBEM apresenta vasta programação de cursos e palestras



"Eng. de Minas Ricardo Silva/Britanite, discorrendo sobre o desmonte de rochas em áreas urbanas, no evento realizado com o DEMINAS/UFPE."

Em 2011, a ANBEM ofereceu diversas palestras e cursos para os seus associados e interessados no setor de mineração. Para se ter uma idéia, em setembro, a entidade organizou a palestra Desmonte de Rochas em Áreas Urbanas. A atividade foi feita em parceria com a empresa Britanite, sob responsabilidade do Engenheiro de Minas Nilson Galvão Filho, tesoureiro da ANBEM, com apoio da UFPE. O evento ocorreu no departamento de Engenharia de Minas da UFPE e contou com mais de 100 participantes.

A iniciativa faz parte do calendário de atividades programadas da ANBEM e tem atenção específica de sua direção. "Além de atualizar as questões para os profissionais, as palestras têm o objetivo de trazer novos conhecimentos para a comunidade estudantil, o que é um dos com-

promissos da Associação", explica Nilson Filho.

A Britanite atua a mais de quatro décadas no mercado de explosivos, acompanhando as evoluções tecnológicas e buscando estar sempre à frente das exigências e necessidades do mercado. A empresa busca oferecer produtos e serviços com padrões internacionais de qualidade, segurança e respeito ao meio ambiente.

Em dezembro, a palestra foi sobre Afição e Ferramenta de Perfuração, ministrada por técnicos da Atlas Copco, e foi realizada no auditório do DNPM / Recife-PE. Foram abordados temas importantes, como fundamentos teóricos sobre rompedores hidráulicos, cálculo de potência e produtividade, desmonte secundário com rompedores hidráulicos e demolição silenciosa.

A Atlas Copco é especializada no fornecimento de soluções para a produtividade industrial. Seus produtos e serviços abrangem desde equipamentos de ar e gás comprimido, geradores, equipamentos de construção e mineração, ferramentas industriais e sistemas de montagem até serviços relacionados de pós-venda e aluguel. A empresa tem mais de 137 anos de experiência.

Para o ano que vem, a programação segue com mais novidades e temas pertinentes. "Pretendemos realizar ainda mais eventos em 2012 e fazer parcerias no sentido de trazer mais conhecimento aos nossos associados e comunidade científico acadêmica no setor de mineração", promete o presidente da ANBEM, José Amaro Sereno Filho.

Engenharia de Petróleo quer o reconhecimento do MEC e CONFEA

A descoberta de petróleo no pré-sal colocou o Brasil na crista da onda no tocante a produção desse importante minério. O antigo slogan, “o petróleo é nosso”, da Petrobrás, nunca esteve tão em alta. Além da discussão pelos royalties, surge o problema da qualificação da mão de obra e formação profissional para a exploração da reserva. É cada vez maior a quantidade de cursos e preparações que chegam para atender as demandas de mercado, porém alguns engenheiros são capacitados mas não têm o devido reconhecimento do MEC. Essa é a situação do Engenheiro de Minas Huascar Padilha, alagoano, formado pela UFPE em 1978 e fez o curso de Engenharia de Petróleo da Petrobrás, onde trabalha atualmente.

anBEM INFORMADO: O que faz um Engenheiro de Petróleo? Quais as atribuições?

Huascar Padilha: Para explicarmos a Engenharia de Petróleo precisamos falar um pouco da produção, ou lavra, de petróleo. As jazidas de petróleo, que nós chamamos de reservatórios de petróleo, são rochas sedimentares porosas e permeáveis que acumularam ao longo do tempo geológico uma quantidade de petróleo e gás natural com características que tornam a sua exploração economicamente viável. A produção de petróleo se dá quando colocamos os fluidos contidos sob pressão nos reservatórios em contato com a superfície de forma controlada. Aos Engenheiros de Petróleo cabe projetar e construir os acessos a estes reservatórios, os conhecidos poços de petróleo, modelar, juntamente com os Geólogos de Petróleo, o comportamento dos fluxos dos fluidos nos meios porosos de forma a maximizar a quantidade de petróleo a ser extraído dos reservatórios, que chama mos de fator de recuperação, projetar e controlar a operação os sistemas de injeção de



fluidos nos reservatórios de forma a repor a energia dos reservatórios em busca do prolongamento da vida útil dos poços e reservatórios e a maximização do fator de recuperação, projetar e controlar a operação dos sistemas artificiais de elevação de fluidos nos poços de petróleo que visam o aumento da produção dos poços e projetar e controlar os sistemas de processamento primário de petróleo e descarte de água produzida.

anBEM INFORMADO: E o mercado?

Huascar Padilha: Anteriormente o único empregador para os Engenheiros de Petróleo era a própria PETROBRAS mas com a entrada de outras empresas, nacionais e estrangeiras, na indústria petrolífera brasileira este mercado vem se abrindo mas como não há uma regulamentação adequada da profissão este mercado hoje pode ser ocupado por vários profissionais sem a devida qualificação ou até por estrangeiros sem a autorização de trabalho no país.

anBEM INFORMADO: Porque o curso não é reconhecido?

Huascar Padilha: Como o mercado, anterior-

mente, era restrito a PETROBRAS, esta desenvolveu seu curso visando apenas as suas necessidades internas. Os órgãos governamentais e profissionais não atentaram para a necessidade de regulamentação da profissão, até porque a PETROBRAS monopolista fazia as vezes de órgão regulador também. Portanto, ao longo das últimas 5 décadas levas de engenheiros de petróleo foram formadas e exerceram a profissão sem o amparo ou proteção legal ou profissional. Hoje já foram criados cursos de graduação e pós -graduação em Engenharia de Petróleo, mas a profissão ainda não é regulamentada e está sujeita aos problemas citados acima.

anBEM INFORMADO: Como está a nossa produção petrolífera?

Huascar Padilha: A indústria do petróleo no Brasil está em franca expansão e os investimentos no desenvolvimento das novas reservas da área do Pré-Sal devem fazer com que o Brasil dobre em 10 anos a produção atual que levamos 50 anos para atingir. É um momento de riqueza de oportunidades aonde um grande contingente de jovens engenheiros estão sendo preparados para assumir os grandes desafios que estão por vir.

EXPEDIENTE DA ANBEM

Presidente

José Amaro Sereno Filho

Vice-Presidente

Werther Larrazabal da Silva Júnior

1º Secretário

Maviael Fernando da Silva

2º Secretário

Olímpia Cássia de Sá Araújo

Tesoureiro

Nilson Jorge Pimentel Galvão Filho

Conselho Fiscal

Titulares

Alberto Martins Moreira Neto

Marcelo Soares Bezerra

Francisco Lustosa de Araújo

Suplentes

Luiz Carlos de Souza Júnior

Aerton Zamboni Maia

Augusto César

Representação no CREA-PE:

Titular

Marçal Sayão Maia

Suplente

Jurandir Paz Landim de Castro

Jornalista Responsável

Joffre Melo (DRT-PE 4071)

Diagramador

Júnior Barros